

POR UM BRASIL RURAL COM GENTE FELIZ

Ministério do Desenvolvimento Agrário



POLÍTICAS AGRÍCOLAS
E PROGRAMAS
PARA OS MUNICÍPIOS



EXPEDIENTE

Presidenta da República Dilma Rousseff | Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário Laudemir Müller | Secretário da Agricultura Familiar Valter Bianchini

Secretária de Desenvolvimento Territorial Andréa Lorena Butto Zarzar

Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal Sérgio Roberto Lopes | Secretário de Reordenamento Agrário Adhemar Lopes de Almeida | Presidente do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Carlos Guedes de Guedes | Assessoria de Comunicação Social – ASCOM | Coordenadora de Comunicação Social Clarita Rickli

Coordenadora de Jornalismo Sivana Gonçalves | Coordenadora Administrativa Ila Baraúna | Fotos Eduardo Aigner, Ubirajara Machado, Tamires Koop, Albino Oliveira, Andrea Farias

Eduardo Monteiro e Marcelo Curia | Texto e edição Graziela Andreatta, Carolina Daibert, Juliana dos Reis e Jalila Arabi | Colaboradores Roberta Paola, Suendi Peres, Daniele Souza,

Ivone Te Motta, Mateus Zimmermann e Cassiano Farina | Direção de Arte e projeto gráfico Alessandro Mendes

SUMÁRIO



19

PROGRAMA
NACIONAL DE CRÉDITO
FUNDIÁRIO (PNCF)

PROGRAMA
TERRA SOL

29



57

PROGRAMA DE CADASTRO
DE TERRA E REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA

05 APRESENTAÇÃO

POLÍTICA AGRÍCOLA

09 PRONAF

13 MAIS ALIMENTOS

15 ATER

17 PAA

19 PNAE

21 PNCF

23 PAC2

25 SUASA

27 PROGRAMA TERRA LEGAL

29 INFRAESTRUTURA DE ASSENTAMENTOS

31 TERRA SOL

33 PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL

35 GARANTIA SAFRA

DIREITO E CIDADANIA

41 PRONERA

43 PRONATEC

45 PNDTR

47 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS

49 TERRITÓRIO DA CIDADANIA

53 ARCA DAS LETRAS

55 PROINF

57 PROGRAMA DE CADASTRO DE TERRA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

O MDA é o Ministério da agricultura familiar brasileira. Sua missão é promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

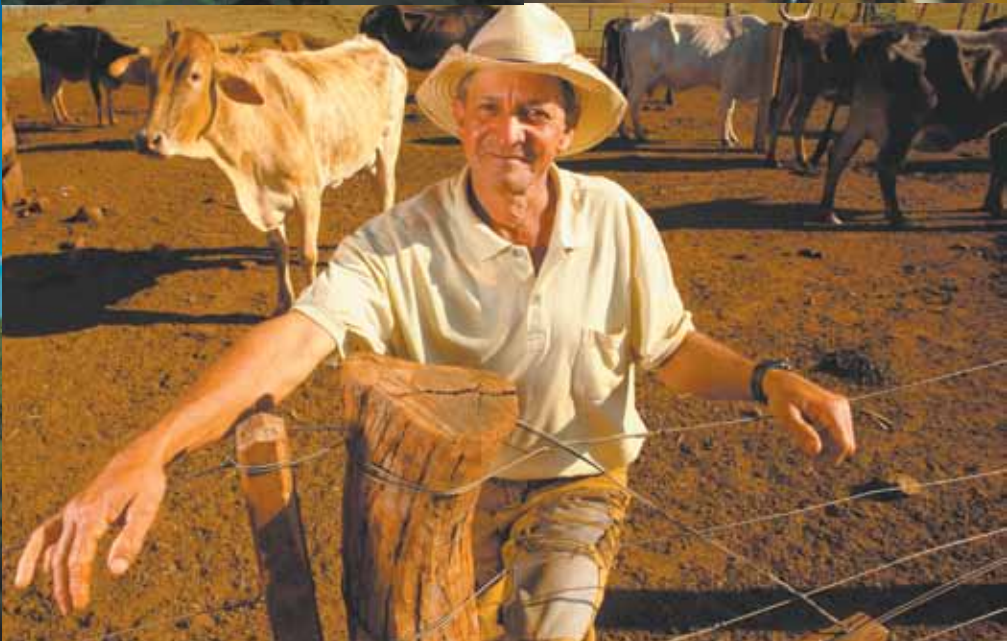
Todos os programas desenvolvidos ou executados pelo MDA são sempre com a finalidade de melhorar as condições de quem trabalha no meio rural brasileiro, apoiando a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária e os povos e comunidades tradicionais. Por isso, as linhas de crédito disponibilizadas trabalham com juros abaixo da inflação e com prazos de carência que levam em conta a realidade desses agricultores.

Suas políticas beneficiam mais de 4,2 milhões de unidades produtivas familiares em todo o País, responsáveis pela produção da maioria dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros.

A qualidade de vida no meio rural tem reflexo direto na cidade. Quando o agricultor familiar consegue viver bem no campo, melhora sua renda e ajuda na promoção do desenvolvimento econômico do município. As consequências são a melhora na arrecadação de impostos, o estímulo à permanência no meio rural e a formação de uma sociedade mais igualitária.

Esta publicação apresenta as principais ações do MDA, entre políticas públicas, programas e linhas de financiamento, que podem ajudar os prefeitos a melhorar a vida nos seus municípios a partir da agricultura familiar brasileira.







POLÍTICA AGRÍCOLA





PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual

ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.





As linhas de crédito e investimento do Pronaf se dividem em:

- Pronaf Custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;
- Pronaf Investimento (Mais Alimentos): financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
- Microcrédito Rural: atende os agricultores de mais baixa renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;
- Pronaf Agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- Pronaf Mulher: oferecida especialmente para as mulheres, a linha financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil das agricultoras. Pode ser usada para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;

- Pronaf Eco: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;
- Pronaf Agroindústria: financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
- Pronaf Semiárido: financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;
- Pronaf Jovem: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;



- Pronaf Floresta: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros;
- Pronaf Cota-Parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem informar os agricultores familiares sobre o Pronaf. Além disso, é possível facilitar o acesso atuando em parceria com sindicatos, cooperativas e órgãos de assistência técnica estaduais.





MAIS ALIMENTOS

É uma linha de crédito do Pronaf que financia compra de equipamentos para os agricultores familiares. Na lista do que pode ser financiado estão cerca de quatro mil itens, como tratores, equipamentos para correção e recuperação de solos, resfriadores, sistemas de irrigação, estufas e animais, entre outros.

O Mais Alimentos possibilita o acesso dos agricultores à tecnologia, o que aumenta a produtividade e renda da família, além de tornar seus produtos mais competitivos no mercado.

Outra vantagem é o incentivo à indústria nacional de máquinas e implementos agrícolas.



4 mil

itens financiáveis



COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem identificar e organizar agricultoras e agricultores familiares aptos a participarem do programa.





ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.





COMO FUNCIONA

- As parcerias do MDA com instituições públicas estaduais e privadas, principalmente aquelas sem fins lucrativos, garantem apoio ao produtor desde o início da safra até a colocação do produto no mercado;
- As atividades de Ater são vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e buscam ampliar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

O primeiro passo é fazer o credenciamento no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), que enviará esse documento para ser homologado pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA. Após a homologação, as prefeituras poderão participar das chamadas anuais de apoio a projetos de Ater lançadas pelo MDA. As prefeituras podem colaborar também na identificação das entidades que irão concorrer aos editais de contratação dessa assistência, além de contribuir com a articulação das ações de campo.



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Uma das ações do Fome Zero, do governo federal, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar.

Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei nº 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores.



QUEM É BENEFICIADO

Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

COMO FUNCIONA

A compra se dá mediante processo de dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais. Produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30%.

QUEM EXECUTA

Programa interministerial, o PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios.

LIMITES PARA A VENDA

R\$ 12.500

+

R\$ 8.000

- Compra Institucional;
- Compra Direta com Doação Simultânea;
- Incentivo à Produção e ao Consumo de leite;
- * Para agricultores da região do Semiárido

OUTROS RECURSOS DISPONÍVEIS

+

R\$ 8.000

- Formação de Estoque.



Uma das modalidades do PAA, a Compra Institucional, permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Os municípios podem realizar compras dentro da modalidade Compra Institucional. Também podem auxiliar promovendo a divulgação do PAA entre os agricultores familiares, estimulando o sistema de associativismo no campo. Podem ainda dar apoio técnico e orientar os produtores nas atividades.



PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Instituído pela Lei nº. 11.947/2009, o Pnae prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

É alimento fresco e de qualidade na merenda escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local.





COMO FUNCIONA A COMPRA

A compra é feita por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. O Programa possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

VANTAGENS PARA O MUNICÍPIO

- Beneficia os agricultores familiares;
- Dinamiza a economia local;
- Maior sustentabilidade via circuitos curtos de comercialização;
- Valoriza os produtos regionais.

IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA

O Pnae é uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Os prefeitos podem contribuir comprando alimentos dos agricultores familiares, por meio de secretarias de Educação ou escolas. Porém, devem ficar atentos à publicação e divulgação das chamadas públicas.



PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)

Facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais é o objetivo desse programa. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Ele também prevê

investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.



QUEM ACESSA

Trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção (minifundistas).

FINANCIAMENTOS PNCF

O programa conta com duas linhas de financiamento:

- Combate à Pobreza Rural – para regiões e trabalhadores mais pobres;
- Consolidação da Agricultura Familiar – para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras colaboram identificando agricultoras e agricultores aptos ao programa, divulgando suas normas e implementando ações de mobilização.





MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESTRADAS VICINAIS

O Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) é a segunda etapa de um programa amplo do governo federal para grandes obras de infraestrutura no País, promovendo desenvolvimento social e econômico.

Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroscavadeiras e

motoniveladoras às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes, não localizados em regiões metropolitanas. Com isso, o Programa promove melhor escoamento da produção dos agricultores familiares e mais desenvolvimento e qualidade de vida na área rural.





ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

Entre dezembro de 2011 e julho de 2012, foram entregues

1.275 retroscavadeiras a 1.299 prefeituras.

Em 2013, serão entregues mais 3.394, o que significa universalizar o acesso desse equipamento aos municípios com menos de

50 mil habitantes que integram o Grupo 3 do PAC 2.

Neste ano, também começa a entrega de motoniveladoras a essas prefeituras. Inicialmente serão doadas 1.937.

Os investimentos já ultrapassam **R\$ 1,4 bilhão.**

Até o final deste ano seus benefícios terão atingido

pelo menos **60 milhões de pessoas** – entre elas,

3,5 milhões de agricultores familiares.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Manifestando interesse na doação e operacionalizando o programa por meio da utilização das máquinas no seu território.

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE ANIMAL (SUASA)



Legalizar e acelerar a implantação de novas agroindústrias ficou mais fácil com o Suasa. Os produtos de origem animal inspecionados por qualquer instância do Suasa podem ser comercializados no mercado formal em todo o território brasileiro, facilitando que as agroindústrias locais ampliem a comercialização de seus produtos.

A descentralização do serviço de inspeção fortalece a economia dos municípios, incentivando o desenvolvimento local e dos territórios. Facilita a implantação de novas unidades agroindustriais e, como consequência, a circulação de maior volume de dinheiro no comércio local, aumentando, também, a arrecadação de tributos.



COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

A adesão ao SUASA é voluntária. Inicialmente os municípios devem implantar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Após o SIM estar em funcionamento, com o registro de ao menos uma agroindústria, o município deve solicitar a adesão ao SUASA na Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em seu estado.

Os municípios poderão aderir de forma individual ou coletiva por meio de consórcio. A vantagem da adesão em consórcio de municípios é que diminui os custos de implantação e funcionamento do serviço de inspeção.





PROGRAMA TERRA LEGAL

O Terra Legal assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal. Ele garante, ainda, o acesso

dos proprietários dessas terras a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável.



OBJETIVO DO PROGRAMA

A meta é que imóveis de até 15 módulos fiscais (desde que a área total não ultrapasse 1,5 mil hectares), ocupados antes de 1º de dezembro de 2004, na Amazônia Legal, sejam regularizados. Outra ação é a regularização fundiária urbana, por meio da medição dos núcleos urbanos que estão localizados em terras federais e doação para as prefeituras.

REGULARIZAÇÃO SIMPLIFICADA

Para os agricultores familiares que têm até quatro módulos fiscais, o processo de regularização é simplificado, o que acelera o rito de titulação.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Fazendo divulgação e mobilização dos agricultores familiares.



INFRAESTRUTURA DE ASSENTAMENTOS

O Governo Federal desenvolve nos assentamentos da reforma agrária instalados em todo o País iniciativas que garantem a melhoria da infraestrutura. As ações são interministeriais e visam à qualidade de vida dos assentados.

Os investimentos são feitos por meio de programas como Luz para Todos, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida. Nesses locais, o Incra promove a melhoria das estradas vicinais em parceria com as prefeituras.





AÇÕES

As iniciativas são divididas em duas frentes:

- Projetos de Assentamento em Implantação;
- Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Identificando a demanda e trabalhando em parceria com as superintendências do Incra.



TERRA SOL

Apoiando agroindústrias, o programa busca aumentar a renda nos assentamentos da reforma agrária. São desenvolvidas atividades que valorizam as características regionais, experiências e potencialidades locais. Atividades não agrícolas, como turismo rural e artesanato,

também são promovidas pelo Programa. É bom para o desenvolvimento do assentamento e também para a economia do município, que ganha em diversificação da produção, geração de renda, e conseqüentemente, retorno em impostos.



COMO FUNCIONA

O suporte é dado por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisas de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação, recuperação e/ou ampliação de agroindústrias, executados por empresas contratadas por editais.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem participar do Terra Sol elaborando projetos de fomento à agroindústria em assentamentos da reforma agrária. Também podem incentivar as empresas locais a participarem da ação.





PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL

Um dos objetivos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) é estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo. Ele incentiva agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível.

O PNPB contribui para que o Brasil compre menos óleo diesel de petróleo de outros países e deixe de exportar grãos in natura, esmagando e produzindo óleo e farelo (outros subprodutos) dentro do território nacional, agregando valor a ele. Com isso, melhora a renda dos agricultores





PAPEL DO MDA NO PNPB

O MDA é responsável pela integração da agricultura familiar a essa cadeia por meio do incentivo à produção de oleaginosas e óleos vegetais utilizados para a produção desse combustível limpo e não poluente.

SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL

Foi criado para estimular a inclusão social e produtiva de agricultores familiares brasileiros. É concedido pelo MDA a empresas produtoras de biodiesel que compram matéria-prima desses agricultores, obtendo preferência nos leilões de compra de biodiesel e incentivos fiscais.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Elas ajudam a divulgar, estimulando sindicatos e federações a informarem os produtores sobre o Programa.



GARANTIA-SAFRA

É um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção causada por problemas climáticos, como a seca, por exemplo. Ele é voltado aos produtores com renda

familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao Garantia-Safra.





QUANDO PODE SER ACIONADO

Quando for comprovada a perda de pelo menos 50% da safra no município por seca ou excesso de chuva.

DE ONDE VEM O RECURSO

O Garantia-Safra possui um fundo, que é constituído pela contribuição individual dos agricultores familiares, pela contribuição anual dos estados e seus municípios que aderirem ao Programa e por recursos da União. O aporte financeiro dos municípios é calculado em função da quantidade de adesões realizadas na localidade.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

A prefeitura precisa assinar termo de adesão ao seguro no seu estado e contribuir para o Fundo Garantia-Safra.







DIREITO E CIDADANIA



PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

Garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos da reforma agrária é a missão do Pronera.

Em quase 15 anos, mais de 480 mil agricultores familiares foram beneficiados com o Programa, que visa manter também a formação de educadores.





FUNCIONAMENTO

O Pronera é realizado em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Os prefeitos podem auxiliar na execução do Programa elaborando projetos de parceria, que serão avaliados pela Comissão Pedagógica do Pronera. Se aprovados, a prefeitura receberá recursos para arcar com pagamento de professores, material didático, transporte e alimentação dos alunos no período de realização do curso.



PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

Qualificar trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. Este é o objetivo do Pronatec no campo, uma parceria entre os

ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).



CURSOS DISPONÍVEIS

São ofertados cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador e da Bolsa-Formação Estudante. Os trabalhos são baseados nos princípios da educação no meio rural e na integração entre educação e estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário do campo.

A QUEM SE DESTINA


O Pronatec Campo é voltado para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária.



COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem trabalhar conjuntamente com as delegacias federais do MDA, identificando a demanda nos municípios.





PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR)

É voltado para trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação.





DOCUMENTOS EMITIDOS

Registro de Nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), registro no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Carteira de Pescador, dentre outros, são alguns dos documentos que podem ser emitidos, gratuitamente, nas ações.

VANTAGENS DA DOCUMENTAÇÃO

Além de garantir cidadania, a documentação básica é condição para acesso a programas como o Pronaf, além de políticas públicas do governo federal e benefícios previdenciários.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

Divulgando os mutirões nos municípios e disponibilizando transporte para as agricultoras e seus familiares. Além disso, as prefeituras podem fazer parceria com cartórios para facilitar a expedição de documentos.



ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS

O objetivo do Programa é fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural.

A mulher reconhece o seu papel como agente de trabalho. O estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e como consequência estimula o desenvolvimento social e econômico do município.



COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem auxiliar na divulgação e mobilização dos grupos de mulheres agricultoras familiares para participarem de chamadas públicas. No caso dos municípios com população menor que 50 mil habitantes, podem apresentar projetos durante todo ano sem a necessidade da chamada pública.





TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Programa de crescimento sustentável voltado para as regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas. Promove o desenvolvimento econômico e universaliza programas básicos de cidadania pela integração de ações dos governos com participação

da sociedade civil. Ao todo, existem hoje no país 120 Territórios da Cidadania, já definidos pelo governo federal.

O Territórios da Cidadania é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e sua Secretaria Executiva é coordenada pelo MDA.

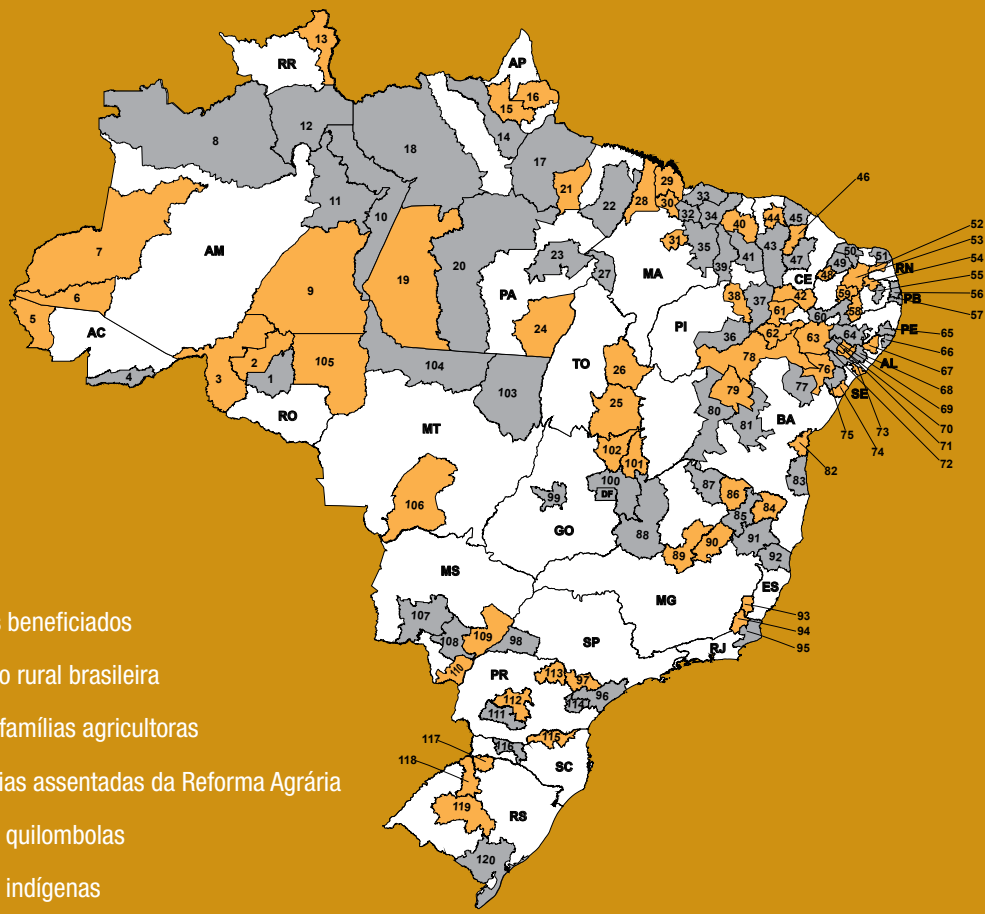




INICIATIVAS DO MDA:

- Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais;
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Apoio a projetos de infraestrutura e serviços;
- Organização produtiva de trabalhadoras rurais;
- Fomento à estruturação e consolidação de redes sócio-produtivas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais;
- Fomento à participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas de energias renováveis;
- Disponibilização de insumos para a agricultura familiar;
- Implantação de bibliotecas rurais;
- Concessão de crédito-instalação às famílias de assentados;
- Implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento;
- Fomento à agroindustrialização e à comercialização;
- Concessão de crédito para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos;
- Reconhecimento, delimitação e titulação de territórios quilombolas;
- Regularização fundiária de imóveis rurais;
- Apoio aos estados para implantação do cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil.





1.852 municípios beneficiados

46% da população rural brasileira

1,9 milhão de famílias agricultoras

525,1 mil famílias assentadas da Reforma Agrária

810 comunidades quilombolas

317 comunidades indígenas

210,5 mil famílias de pescadores.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras dos Territórios da Cidadania são co-executoras das políticas públicas. Elas têm participação nos Colegiados Territoriais, onde podem trabalhar na organização e acompanhamento da execução dos programas. A participação nos Colegiados Territoriais propicia um ambiente de diálogo, qualificando o planejamento e execução dos programas.





ARCA DAS LETRAS

O Programa leva bibliotecas às comunidades rurais para garantir o acesso à leitura nesses locais. Por meio do programa, milhares de moradores do campo tiveram

a oportunidade de ler, muitos foram alfabetizados e outros puderam estudar para o vestibular.





ACERVO

Os livros são colocados em móveis, chamados de arcas, que contam com cerca de **200 obras**, selecionadas para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas. Os acervos são formados por literatura infantil, para jovens e adultos, além de livros didáticos, técnicos e especializados.

Mais de **10 mil bibliotecas** já foram instaladas no país por meio do Arca das Letras

ONDE FUNCIONA A BIBLIOTECA

Para incentivar e facilitar o acesso à leitura, as bibliotecas são instaladas na casa de agentes de leitura (escolhidos voluntariamente) ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem contribuir com o Programa fazendo a divulgação das bibliotecas. Elas também podem doar os móveis onde serão colocados os livros. Para participar, os prefeitos devem entrar em contato com o MDA e relatar qual o perfil da comunidade que receberá a arca para que os livros sejam doados a partir da necessidade dos agricultores familiares.



PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS (PROINF)

O Proinf repassa recursos para obras de infraestrutura nos municípios e para viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.



OBJETIVOS DO PROGRAMA

Contemplar projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos da agricultura familiar, estruturas de comercialização e de produção de itens desses agricultores. Também apoia a construção de pontes, passagens molhadas, abertura ou recuperação de estradas vicinais entre outras.

INVESTIMENTO

Os recursos do Proinf provêm do Orçamento Geral da União (OGU) e são definidos, anualmente, por meio do Manual Operacional do Proinf, publicado na página do MDA.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem participar atuando nos colegiados territoriais e apresentando demandas, por intermédio de projetos que caracterizem interesse público, em área pública e de responsabilidade da prefeitura.





PROGRAMA DE CADASTRO DE TERRA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Para garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, o MDA criou o Programa de Cadastro de Terras e Regularização

Fundiária, que assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo.



QUEM ACESSA

Para ser beneficiário do Programa, o agricultor deve ter posse de imóvel rural objeto da ação de cadastro e regularização fundiária e/ou pequeno posseiro.

PRIORIDADES

A prioridade de atendimento será nos locais de ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de apropriação indevida de terras (grilagem), concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial.

COMO AS PREFEITURAS PARTICIPAM

As prefeituras podem colaborar identificando agricultores aptos ao programa, divulgando suas normas.



A top-down view of a variety of fresh vegetables. In the top left, there's a white bowl filled with green beans. Next to it are several bunches of green onions. The center is dominated by several large, bright orange carrots. To the right, there are several round, pink radishes with white roots. In the bottom left, there are several round, orange and yellow tomatoes. In the bottom right, there are several large, glossy green bell peppers. The vegetables are arranged on a wooden surface.

**Para saber mais acesse:
www.mda.gov.br
prefeitura@mda.gov.br**

Para saber mais acesse:
www.mda.gov.br
prefeitura@mda.gov.br

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

